

SINERGIA

REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS (ICEAC)

CONTRIBUIÇÕES DAS MÍDIAS SOCIAIS PARA O TRABALHO DE IDENTIDADE-RESISTENTE

VANESSA BRULON*

RESUMO

Defendemos aqui que a análise das mídias sociais pode contribuir para a compreensão do imbricamento entre trabalho de identidade e resistência (BARDON ET AL., 2012), que só recentemente vem sendo explorado na literatura (BARROS, 2018). As mídias sociais podem potencializar a capacidade de agência de indivíduos submetidos a processos de regulação de identidade. Nesse sentido, temos por objetivo discutir o papel das mídias sociais no trabalho de identidade que se estabelece enquanto um processo de resistência. A transparência e a visibilidade das mídias sociais foram discutidas aqui como possibilidades de ultrapassar as fronteiras artificiais das organizações formais, incluindo no debate acerca da relação entre trabalho de identidade e resistência fenômenos que não estão circunscritos nestes limites. A informalidade das mídias sociais possibilita a ruptura com hierarquias organizacionais formais, bem como a inserção de excluídos no plano discursivo. A associação proporcionada pelas mídias sociais permite a retomada de formas tradicionais de luta. Por fim, com uma linguagem mais híbrida, as mídias sociais expandem os recursos discursivos envolvidos no trabalho de identidade e em sua relação com fenômenos de resistência.

Palavras-chave: Mídias sociais; Trabalho de identidade; Resistência.

ABSTRACT

We argue here that the analysis of social media can contribute to the understanding of the interconnection between identity work and resistance (BARDON ET AL., 2012), which has only recently been explored in the literature (BARROS, 2018). Social media can enhance the agency of individuals subjected to identity regulation processes. In this sense, we aim to discuss the role of social media in identity work that is established as a process of resistance. The transparency and visibility of social media were discussed here as possibilities for going beyond the artificial boundaries of formal organizations, including phenomena that are not circumscribed within these limits in the debate about the relationship between identity work and resistance. The informality of social media allows for the rupture with formal organizational hierarchies, as well as the insertion of excluded people into the discursive plane. The association provided by social media allows for the resumption of traditional forms of struggle. Finally, with a more hybrid language, social media expands the discursive resources involved in identity work and its relationship with resistance phenomena.

Key-words: Social medias; Identity work; Resistance.

Recebido em: 09-09-2024 Aceito em: 30-04-2025

1. INTRODUÇÃO

Identities are produced in the dialectical relationship between control and resistance (ASHCRAFT, 2005; KORNBERGER & BROWN, 2007). São, portanto, resultados precários de esforços simultâneos da regulação organizacional e do trabalho de identidade (ALVESSON & WILLMOTT, 2002). Em outras palavras, enquanto as organizações buscam impor subjetividades, os indivíduos buscam criar um senso coerente de si próprios (KUHN, 2006).

O trabalho de identidade pode, assim, ter um efeito de resistência à identidade imposta pela organização (ALVESSON & WILLMOTT, 2002; BARROS, 2018). Em síntese, a resistência vem sendo tratada na literatura sobre identidade como uma forma de trabalho de identidade, como um efeito dele, ou, em trabalhos mais recentes, a partir de uma relação de imbricamento, também denominada de trabalho de identidade resistente (BARROS, 2018; BROWN, 2019). Há, entretanto, necessidade de aprofundamento teórico no que diz respeito à relação entre trabalho de identidade e resistência (BARROS, 2018).

Discussões pós-estruturalistas em torno da noção de identidade tendem a privilegiar as influências discursivas, negligenciando a dimensão material do discurso ou outros aspectos de materialidade inerentes ao processo de produção de identidades, como o uso de tecnologias (BROWN, 2015; PARING ET AL., 2017;

* Mestre em Administração Pública e doutora em Administração pela EBAPE/FGV. Possui pós-doutorado em Administração pela EAESP/FGV. Professora Adjunta da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ). E-mail: vanessabrulon@facc.ufrj.br

SVENINGSSON & ALVESSON, 2003). Alguns autores vêm chamando atenção para a importância de análises das mídias sociais nos estudos sobre identidade (BARROS, 2018), e para as contribuições das teorias sobre mídia para os estudos organizacionais interessados na materialidade (HOOF & BOELL, 2019).

Tem-se, hoje, pesquisas que apontam para o papel que as mídias sociais vêm assumindo em processos de resistência (Ex: MASSA, 2016; MAECKELBERGH, 2016; WILNER ET AL., 2017). No que diz respeito às discussões de identidade, de forma mais específica, é possível encontrar trabalhos que analisam o papel das tecnologias de informação no processo de construção de identidades (BOUDREAU ET AL., 2014; KORICA & MOLLOY, 2010; BROCKLEHURST, 2001), ou aqueles que se voltam para o papel das mídias sociais na construção de identidades (REN ET AL., 2007; SILLINCE & BROWN, 2009; SCHAU & GILLY, 2003). Entretanto, ainda são raros os trabalhos que buscam analisar o papel das mídias sociais em trabalhos de identidade-resistente (BARROS, 2018).

Defendemos aqui que a análise das mídias sociais pode contribuir para a compreensão do imbricamento entre trabalho de identidade e resistência (BARDON ET AL., 2012), que só recentemente vem sendo explorado na literatura (BARROS, 2018). Argumentamos que as mídias sociais podem potencializar a capacidade de agência de indivíduos submetidos a processos de regulação de identidade, de forma que possam realizar um trabalho de identidade mais efetivo em resistir às investidas de controle organizacional. Nesse sentido, temos por objetivo no presente estudo discutir o papel das mídias sociais no trabalho de identidade-resistente.

Para isso, na primeira seção do artigo trataremos do conceito de identidade, sua relação com o processo de resistência e, mais especificamente, a noção de trabalho de identidade. Em seguida, apresentaremos uma discussão acerca da relação entre tecnologia e identidade. Por fim, discutiremos possíveis influências das mídias sociais no trabalho de identidade-resistente.

2. IDENTIDADE E RESISTÊNCIA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Não obstante a relevância da noção de identidade para a compreensão de fenômenos organizacionais (ALVESSON ET AL., 2008), foi apenas no fim do século XX que o termo “identidade” passou a ser implementado nos estudos da área - embora pesquisas relacionadas à temática tenham um longo percurso (BROWN, 2001). Questões de identidade passaram a despertar um interesse crescente, não apenas no que se refere à esfera individual, mas também à coletiva (BROWN, 2001); e para tratar de diferentes fenômenos e em diferentes níveis da organização (ALVESSON ET AL., 2008).

Pesquisas sobre identidade nas organizações atraem, hoje, a atenção de acadêmicos com interesses diversos, e como consequência torna-se difícil mapear o amplo campo de autores que lidam com teorias de identidade (BROWN, 2019). Em um esforço nesse sentido, Brown (2019) destaca três possíveis vertentes, que embora possam ser diferenciadas estão profundamente relacionadas: primeiro, destacam-se pesquisas que se centram no conceito de identidade em si, ocupando-se com sua conceituação, construção e categorização em possíveis tipos de identidade; depois, há vertentes que compreendem a identidade como inerente aos processos de organizar, e que buscam, assim, entender os seus efeitos para os resultados da organização; por fim, tem-se pesquisas que lidam com as micropolíticas da construção de identidade, pautadas principalmente nos trabalhos de Foucault. Neste trabalho, nos centraremos principalmente nesta última vertente.

2.1 O conceito de identidade

Em linhas gerais, a noção de identidade vem sendo compreendida na literatura que trata do tema como as tentativas que indivíduos ou grupos realizam para responder à pergunta “quem sou eu?” ou “quem somos nós” (SVENINGSSON & ALVESSON, 2003; PRATT, MICHAEL & FOREMAN, 2000). Entretanto, esta pergunta não tem resposta simples e, muitas vezes, envolve múltiplas respostas e múltiplas identidades (PRATT, MICHAEL & FOREMAN, 2000). Nesse sentido, a identidade pode ser entendida como integrada ou fragmentada, durável ou fluida (ALVESSON ET AL., 2008), a depender da perspectiva teórica que se segue.

Aproximamo-nos, no presente trabalho, de uma compreensão das organizações como regimes de poder e da identidade por meio de uma visão processual (BOUSSEBAA & BROWN, 2017). Estudos pautados nessa visão entendem que o indivíduo constrói a sua identidade em sua relação com a organização, e que esta é um produto em um processo contínuo, dando-nos completo reconhecimento da natureza dinâmica e relacional da noção de identidade (SVENINGSSON E ALVESSON, 2003; WATSON, 2008). Tem-se, assim, o que alguns autores denominam de uma visão micropolítica da formação de identidade, que compreende esse processo de construção por meio de seu imbricamento em relações de poder (BROWN, 2019).

O contexto contemporâneo é caracterizado por espaços de ausências que passam a ser ocupados por formas efêmeras de identificação, diluindo antigos dualismos (BARDON ET AL., 2012), e por identidades

que são precárias, que estão constantemente sendo construídas, mantidas, reparadas, formadas (ALVESSON & WILLMOTT, 2002). Trata-se, em síntese, de um contexto fragmentado, que faz do projeto de construção de identidade um projeto sempre inacabado (BARDON ET AL., 2012). Reconhece-se, então, múltiplas bases de identificação, para além das concepções tradicionais de classe ou da posição que o indivíduo ocupa no estrato social, e as novas formas que os indivíduos adquirirão para problematizar suas identidades, que podem se dar por meio de suas próprias experiências individuais ou profissionais muito mais do que por meio de processos coletivos organizados (BARDON ET AL., 2012).

2.2 Identidade e resistência

A complexidade do processo de construção de identidade em um contexto de complexificação dos fenômenos organizacionais é compreendida a partir da relação dialética entre controle e resistência (ALVESSON & WILLMOTT, 2002; ASHCRAFT, 2005; KORNBERGER & BROWN, 2007). Quando se trata das análises de poder no contexto organizacional, tradicionalmente muitos trabalhos voltaram-se para a compreensão e denúncia dos mecanismos de controle organizacionais e de sua capacidade de disciplinar os indivíduos (KACHTAN & WASSERMAN, 2015). Por outro lado, alguns estudiosos voltam-se para a compreensão dos processos de resistência exercidos por trabalhadores dentro do contexto organizacional, não apenas do ponto de vista da resistência exercida por grupos e ações organizadas, mas também a partir da perspectiva de micro táticas de resistência (KACHTAN & WASSERMAN, 2015).

É importante reconhecer que formas tradicionais de resistência, como greves ou organizações sindicais, vêm sendo substituídas por formas mais sutis, mais subjetivas, mais desorganizadas, e por isso também mais difíceis de serem percebidas, e que precisam ser analisadas a partir de seus micro níveis de experiência (FLEMING & SEWELL, 2002; THOMAS & DAVIES, 2005). Estudos que seguem essa perspectiva focam em formas cotidianas de resistência, como um “mau comportamento” ou uma desobediência dos níveis mais baixos das organizações (THOMAS & DAVIES, 2005).

Com a expansão dessa perspectiva, pesquisas que focam em formas diretas de resistência coletiva, em esforços organizados de resistência, foram apontadas como escassas na literatura (MUMBY, 2005). Autores como Contu (2008) lembram que a resistência é muito mais do que um mau comportamento dos funcionários, ou do que atos transgressores, como humor, ironia ou cinismo. Segundo essa visão, os atos sutis de resistência modificam muito pouco a realidade, e por isso não se configuram como ameaças reais à ordem dominante (CONTU, 2008).

Há, portanto, nas discussões sobre resistência, uma oposição entre a visão pós-estruturalista e a tradicional visão marxista, que compreende a resistência a partir de uma relação de classes, de uma oposição entre dominantes e dominados, entre capital e trabalho (FLEMING & SEWELL, 2002). Entende-se, nesses casos, a resistência como um conflito de classes, como uma ação organizada abertamente e voltada para romper com as relações capitalistas de produção (CONTU, 2008; FLEMING & SEWELL, 2002).

Os estudos organizacionais críticos se desenvolveram em torno de uma divisão que por um lado privilegiava as perspectivas de controle organizacional e, por outro, a resistência a este controle (MUMBY, 2005). Na visão que aqui se segue, tem-se um reconhecimento de que controle e resistência estabelecem uma relação dialética (EX: ERKAMA, 2010; YBEMA ET AL., 2016; RANTAKARI & VAARA, 2016; ARFORD, 2016). Ou seja, estão imbricados e são mutuamente constitutivos, em uma relação complexa e ambígua (KACHTAN & WASSERMAN, 2015; MUMBY, 2005; RANTAKARI & VAARA, 2016; ARFORD, 2016). Onde há poder há também resistência (BOUSSEBA & BROWN, 2017), ou as possibilidades de resistência estão inscritas no poder (CONTU, 2008). Nesse sentido, argumenta-se que o olhar do pesquisador organizacional deve-se voltar para essa relação de co-produção (MUMBY, 2005; JURIS & SITRIN, 2016).

A dialética entre poder e resistência é compreendida na lógica foucaultiana por meio de regimes discursivos que afetam a todos no contexto organizacional (CLARKE ET AL., 2009). Os indivíduos nas organizações são, ao mesmo tempo, sujeitos e produtores destes regimes discursivos, e suas subjetividades derivam tanto do controle que sofrem quanto da resistência que exercem (CLARKE ET AL., 2009).

É, portanto, por meio da dialética entre controle e resistência que a produção de identidade se dá (ASHCRAFT, 2005; KORNBERGER & BROWN, 2007; KURIK, 2016). Assumindo a identidade como um resultado dessa dialética, compreende-se que sua construção se dá como resultado precário da regulação organizacional e do trabalho de identidade - ambos as moldam simultaneamente (ALVESSON & WILLMOTT, 2002).

Regulação de identidade refere-se a quadros discursivos que buscam impor certos papéis e subjetividades que submetem os indivíduos às estruturas sociais (KUHN, 2006); é um importante mecanismo de controle organizacional (ALVESSON & WILLMOTT, 2002). Pesquisas que enfatizam os mecanismos de regulação identitária buscam compreender como as identidades são controladas no contexto organizacional (ALVESSON ET AL., 2008). Já o trabalho de identidade diz respeito ao esforço que o indivíduo realiza para criar um senso coerente de si próprio em resposta aos papéis e subjetividades impostos a ele (KUHN, 2006).

2.3 Trabalho de Identidade e Resistência

Existe, nas organizações, uma constante luta em torno de questões de identidade (ALVESSON & WILLMOTT, 2002). O processo de regulação de identidades, como mecanismo de controle, é precário e, muitas vezes, é questionado e contestado; ou seja, sofre resistência, por meio do trabalho de identidade (ALVESSON & WILLMOTT, 2002).

A noção de trabalho de identidade, foco do presente estudo, é compreendida na literatura a partir da natureza precária da identidade, como um processo ativo por meio do qual “as pessoas estão continuamente empenhadas em formar, reparar, manter, reforçar ou rever as construções que são produzidas de um sentido precário de coerência e distinção”¹ (ALVESSON & WILLMOTT, 2002, p. 626).

O trabalho de identidade descreve, assim, uma atividade contínua em que os indivíduos se envolvem para buscar construir compreensões de si mesmo, que sejam minimamente coerentes (ALVESSON ET AL., 2008). Enquanto um processo contínuo, a ênfase aqui recai muito mais no “tornar-se” do que naquilo que se é (ALVESSON ET AL., 2008). Diz-se que tal processo de construção pode ser contraditório e ambíguo, no sentido de que as diferentes identidades envolvidas nesse movimento podem ser conflitantes, gerando as contradições (JÄRVENTIE-THESSLEFF & TIENARI, 2016).

A noção de trabalho de identidade surge como uma alternativa para dar conta dessa ideia de que as identidades estão em um constante processo de produção e, portanto, nunca estão prontas (BROWN, 2019). Tem como pressuposto a capacidade de agência dos indivíduos, que são entendidos como capazes de moldar as identidades que assumem nas organizações, tanto na esfera pessoal quanto social, embora também sejam regulados e disciplinados (JÄRVENTIE-THESSLEFF & TIENARI, 2016).

Muitas tentativas foram feitas no sentido de trazer mais especificidade ao fenômeno do trabalho de identidade, que aparece na literatura como um processo “genérico”: ainda há pouco consenso em relação à especificidade do conceito (BROWN, 2015).

Principalmente quando se dá por meio das ações coletivas, o trabalho de identidade assume importante papel em sua relação com a resistência. Embora seja possível regular ou alterar identidades, tais tentativas podem encontrar resistência nessa capacidade que os indivíduos têm de moldar suas próprias identidades (BEECH, 2008).

Merece destaque como forma de resistência o processo de desidentificação (BARROS, 2018). Tal processo pode ser compreendido como uma separação cognitiva entre a identidade de um indivíduo e a identidade da organização, e uma avaliação negativa da relação que o indivíduo estabelece com a organização (ELSBACH & BHATTACHARYA, 2001). Por meio do processo de desidentificação, os indivíduos separam suas identidades da identidade organizacional e de seus valores (ELSBACH & BHATTACHARYA, 2001).

Muitas pesquisas foram desenvolvidas no sentido de compreender o processo de desidentificação como forma de resistência (BARROS, 2018; FLEMING & SEWELL, 2002; FLEMING & SPICER, 2003). Fleming e Spicer (2003), por exemplo, mostram como o cinismo é utilizado por funcionários como uma forma de desidentificação com a cultura imposta pela organização. Fleming e Sewell (2002), em trabalho semelhante, apontam para ceticismo como estratégia de desidentificação.

Em uma crítica severa às análises pós-estruturalistas de resistência, Contu (2008) propõe sua noção de “resistência descafeinada”. Segundo a autora, esses atos transgressores, como humor, ironia ou cinismo, modificam muito pouco a realidade, não são capazes de mudar profundamente nossas formas de vida, não se configuram enquanto reais ameaças à ordem dominante.

Em resposta ao argumento de Contu (2008), Barros (2018), em trabalho recente, mostra que a resistência pode ser como um “expresso”, e propõe o conceito de resistência “expresso” para sugerir que, em certas situações (embora não em todas), os efeitos da resistência podem ser potencializados e capazes de gerar mudanças importantes.

A resistência “expresso” surge como consequência do próprio processo de desidentificação (BARROS, 2018). Conforme mostra Barros (2018), a premissa de que o indivíduo, ao se desidentificar de um grupo, logo encontra um novo grupo ao qual pertencer, ou uma nova fonte de identidade previamente estabelecida, é uma premissa falsa. Nem sempre isso acontece. Os custos envolvidos em um processo de desidentificação podem levar à necessidade de se desempenhar um processo que Barros (2018) denomina de trabalho de identidade-resistente, ou seja, há necessidade de criar uma identidade opondo-se às consequências do processo de desidentificação.

Nesse sentido, Barros (2018) propõe o conceito de trabalho de identidade-resistente (*resistant-identity work*) para se referir a um imbricamento entre resistência e identidade, ou seja, a resistência não é aí compreendida como um mero resultado do processo de construção de identidade, mas como entrelaçada ao próprio processo de trabalho de identidade. Ela não apenas é uma forma de trabalho de identidade ou um

¹ Tradução livre de: “people are continuously engaged in forming, repairing, maintaining, strengthening or revising the constructions that are productive of a precarious sense of coherence and distinctiveness”

efeito dele, mas ela também está imbricada ao trabalho de identidade e o molda (BARROS, 2018).

Faz-se importante notar que a luta por meio da qual as identidades são construídas, nessa dialética entre regulação e trabalho de identidade, se dá por meio de processos discursivos (HUBER & BROWN, 2017; SVENINGSSON & ALVESSON, 2003). O processo de construção de identidade, embora discursivo, não é, entretanto, determinado apenas pelo discurso: ele é balanceado com outros elementos, como a história de vida de cada um (ALVESSON & WILLMOTT, 2002). Além disso, há discursos que estão além das fronteiras artificiais das organizações, que também são formadores de identidades, mas tendem a ser negligenciados (KUHN, 2006).

Há, ainda, uma tendência, nas pesquisas que seguem a abordagem discursiva, em negligenciar as dimensões materiais desse processo de construção de identidade (BARDON ET AL., 2012; BROWN, 2019; PARING ET AL., 2017). Nesse sentido, argumentamos aqui, que a relação entre resistência e trabalho de identidade é melhor compreendida por meio da retomada da materialidade envolvida nesse processo, particularmente no que diz respeito à tecnologia. Chamamos atenção, assim, para a importância da retomada da dimensão material, em geral, e das mídias sociais, em particular, como forma de trazer luz à relação que estabelece entre resistência e trabalho de identidade.

3. TECNOLOGIA E TRABALHO DE IDENTIDADE

Em estudos mais recentes, muitos autores destacam uma ausência da materialidade nas pesquisas de identidade (BARDON ET AL., 2012; BROWN, 2015, 2019; PARING ET AL., 2017). Identidades também se revelam por meio de artefatos como roupas, objetos, salas de trabalho ou tecnologia, e tais elementos merecem ser incorporados aos estudos de identidade (ALVESSON ET AL., 2008).

De forma mais específica, em uma visão que compreende a construção da identidade por meio de regimes discursivos, tem-se como desafio a incorporação de uma dimensão material do discurso, abordando-o a partir de uma visão mais ampla (BARDON ET AL., 2012). Ainda, a relação complexa e contraditória, de mútua produção, que se estabelece entre controle e resistência, não é um fenômeno puramente discursivo: todas as formas de comportamento organizacional, sejam discursivos ou materiais, podem moldar essa dinâmica controle-resistência (MUMBY, 2005).

Dentro dessa dinâmica, no que se refere ao conceito de trabalho de identidade, amplamente utilizado na vertente pós-estruturalista, também é importante considerar a influência de aspectos físicos e materiais (BROWN, 2015; SVENINGSSON & ALVESSON, 2003). O trabalho de identidade não se restringe a como as pessoas se compreendem e se classificam e são compreendidas e classificadas pelos outros, mas envolve também imagens e representações, e estas últimas podem ser físicas, verbais, simbólicas, textuais, que por conterem significados também são parte importante do trabalho de identidade (BEECH, 2008). Já do ponto de vista do controle, no que diz respeito à regulação de identidades, há também aqui uma demanda por mais trabalhos que olhem para aspectos materiais (PARING ET AL., 2017).

Um dos caminhos por meio dos quais a literatura de estudos organizacionais vêm tratando a questão da materialidade é por meio do estudo da implementação de tecnologias nas organizações (ORLIKOWSKI, 2007). A visão sociomaterial contribui para a reinserção de discussões em torno da influência da tecnologia nas organizações e para que se reconsidere o seu lugar nos estudos organizacionais (ORLIKOWSKI & SCOTT, 2008), sem que a tecnologia seja pensada de forma reificada, descolada das influências históricas e culturais (ORLIKOWSKI, 2007). A tecnologia tem uma materialidade que torna certas ações possíveis e outras impossíveis, ou pelo menos mais difíceis (LEONARDI, 2013), apresentando amplo potencial de mudanças na vida cotidiana das organizações.

Embora alguns autores comecem a se dedicar a essa discussão, embasados por uma visão sociomaterial (Ex: LEONARDI, 2013; ORLIKOWSKI, 2007; ORLIKOWSKI & SCOTT, 2008), a forte presença da tecnologia nas organizações contemporâneas destoa de sua fraca presença na literatura de estudos organizacionais (LEONARDI ET AL., 2012; ORLIKOWSKI, 2007), ou de sua análise por meio de uma perspectiva que trata o social e o material de forma separada (ORLIKOWSKI, 2007). De 1997 a 2006, 95% dos artigos publicados nas principais revistas de administração do mundo não consideram o papel da tecnologia ou sua influência na vida organizacional (ORLIKOWSKI & SCOTT, 2008). Em 1998, Joerges e Czarniawska (1998) já reforçavam a importância de se buscar compreender, nos estudos organizacionais, os efeitos que as tecnologias produzem em termos de significados, cultura e aspectos morais.

Nas análises realizadas sobre o tema na área, o conceito de tecnologia foi teorizado de maneiras muito diversas (ORLIKOWSKI & SCOTT, 2008). Há, entretanto, uma tendência a tratar o termo “tecnologia” como uma propriedade estrutural, que só existe no campo da estrutura, em oposição ao “uso da tecnologia”, que envolve a ação (LEONARDI, 2013). É nesse sentido que autores como Leonardi (2013) e Orlikowski (2007) chamam atenção para a importância de se pensar a tecnologia a partir da noção de sociomaterialidade, ou seja, a tecnologia não é separada do uso da tecnologia, assim como o social não é separado do material (LEONARDI, 2013). Tal mudança faz com que mais pesquisadores passem a considerar a importância da

tecnologia na vida organizacional (LEONARDI, 2013).

No que diz respeito à relação entre identidade e as tecnologias, de forma mais específica, o cenário não é diferente. Nach e Lejeune (2009) lembram que pesquisas nesse sentido têm o potencial de contribuir para análises interessantes que podem levar a uma melhor compreensão das transformações sociais trazidas pelas tecnologias. As poucas pesquisas que se voltam para a compreensão dessa relação mostram que as tecnologias de informação permitem novas formas de comunicação, novos modos de organizar ou apresentar informação (NACH & LEJEUNE, 2009). Alguns trabalhos têm sido desenvolvidos no sentido de buscar compreender os impactos das novas tecnologias de comunicação na formação de comunidades e identidades coletivas ou o papel das comunidades online na formação de identidades individuais (CERULO, 2018). Investigações acerca de como as tecnologias da informação afetam a construção de identidade tendem a enfatizar *sense-making* e discursos, ou influências indiretas das tecnologias da informação na identidade (STEIN ET AL., 2013). Stein et al. (2013), por exemplo, mostram como a tecnologia da informação assume um papel na formação de identidade profissional. Em uma pesquisa sobre o papel da tecnologia na criação de identidade de grupo, em um grupo de bibliotecários, Boudreau et al. (2014) concluem que a tecnologia pode, ao mesmo tempo, criar ameaças à identidade de um grupo e oportunidades para que esta seja repensada. Kilduff et al. (1997) investigam como a tecnologia molda a identidade de engenheiros, em uma empresa japonesa.

Algumas lacunas teóricas podem ser apontadas quando se pensa a relação entre tecnologia e identidade (BARROS, 2018; NACH & LEJEUNE, 2009). Faz-se importante explorar, por exemplo, a forma como atores organizacionais usam as tecnologias de informação em projetos que transcendem as fronteiras das organizações na construção de novas identidades (NACH & LEJEUNE, 2009). Estudos que mostrem como as tecnologias de informação participam dos trabalhos de identidade também são escassos na literatura (NACH & LEJEUNE, 2009). Stein et al. (2013) defendem que as tecnologias da informação podem participar da construção de identidade de forma muito íntima, mas pouco se sabe a respeito dessa ligação. Ainda, a maior parte dos estudos que buscam analisar a relação entre a tecnologia e a noção de identidade focam suas análises no nível do indivíduo, sem compreender os efeitos em níveis grupais ou organizacionais (BOUDREAU ET AL., 2014). Barros (2018) lembra que uma literatura recente em administração analisa a relação entre identidade e as tecnologias virtuais. Porém, existem poucos trabalhos que abordam como novas tecnologias podem moldar ou possibilitar o trabalho de identidade ou como ela é utilizada para a construção de identidades (BARROS, 2018).

Com vista a contribuir para a discussão, propomo-nos, no presente estudo, a analisar o debate teórico em torno do caso específico das mídias sociais e a sua influência no trabalho de identidade-resistente. Mostramos, a seguir, como as discussões teóricas que vêm se desenvolvendo dentro dessa temática apontam para possíveis contribuições das mídias sociais nessa relação.

4. INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NO TRABALHO DE IDENTIDADE ENQUANTO PROCESSO DE RESISTÊNCIA

Abordar a temática da identidade, no contexto atual, implica também considerar o papel das novas tecnologias de comunicação, tendo em vista que estas mudaram a forma como as identidades são construídas (CERULO, 2018). As tecnologias não são neutras; são, isto sim, planejadas e moldadas de acordo com interesses políticos hegemônicos (COLEMAN, 2005). Tecnologias podem, por um lado, facilitar o empoderamento e, por outro, ajudam a reforçar o controle organizacional (DOHERTY ET AL., 2006), tendo em vista que formatos tecnológicos distintos influenciam as possibilidades de engajamento e os recursos disponíveis para tal (BARRET ET AL, 2016). Compreendida aqui como uma construção discursiva, a identidade é fluida e está em constante produção (HUBER & BROWN, 2017; SVENINGSSON & ALVESSON, 2003); sites de internet, mídias sociais e outras tecnologias de comunicação participam ativamente na construção dessas identidades (BROWN & HUMPHREYS, 2006).

Os estudos de identidade tendem a focar nos elementos discursivos do trabalho de identidade, negligenciando as condições materiais deste processo, como aspectos tecnológicos (BARROS, 2018; BARDON ET AL., 2012). É nesse sentido que alguns autores vêm chamando atenção para a importância de se analisar o papel das mídias sociais nos estudos de identidade, e mais especificamente no trabalho de identidade (BARROS, 2018).

O diálogo com teorias sobre mídia pode ser muito enriquecedor aos estudos organizacionais interessados na materialidade (HOOF & BOELL, 2019). Para os teóricos dos estudos de mídia, levar em consideração a materialidade das mídias é essencial para a sua compreensão (HOOF & BOELL, 2019). Nesses estudos, a materialidade também é compreendida como embebida em cultura, poder, processos, e por isso tem muito a contribuir aos teóricos organizacionais que consideram o imbricamento entre o social e o material (HOOF & BOELL, 2019). Para isso, a mídia não deve ser compreendida como uma mera ferramenta para a comunicação, mas como constituinte e constituída por um contexto social e cultural mais amplo (HOOF

& BOELL, 2019). Mais ainda, as mídias sociais são reconhecidas como agentes capazes de desempenhar processos de organizar (BENNETT & SERGERBERG, 2012).

O primeiro uso do termo “mídias sociais” em uma publicação se deu em 1997, mesmo ano em que ocorreu o primeiro uso prático de uma mídia social (TREEM & LEONARDI, 2013). Depois, novas mídias sociais foram surgindo e se disseminando, e o seu uso foi se tornando padrão fora e dentro das organizações (TREEM ET AL., 2015; TREEM & LEONARDI, 2013).

A literatura acerca do tema tende a definir as mídias sociais a partir dos tipos de tecnologias que as pessoas reconhecem como mídias sociais, como blogs ou SNS, sem que se proponha uma definição clara do termo (TREEM & LEONARDI, 2013). Nesse sentido, as mídias sociais podem ser compreendidas como uma categoria de tecnologias de comunicação que incluem blogs, microblogs ou sites de networking social (TREEM ET AL., 2015). Já o termo “comunidade online” pode ser usado para descrever grupos, comunidades, associações voluntárias, organizações, que consistam em um coletivo de pessoas conectados com a internet que estabeleçam interações em torno de um interesse comum, geralmente por meio das mídias sociais (REN ET AL., 2007).

O uso de mídias sociais nas organizações vem se acelerando (TREEM & LEONARDI, 2013). A adoção dessa nova tecnologia pelas organizações pode ser considerada a principal mudança na vida organizacional contemporânea, mas os acadêmicos têm sido lentos em explorá-la (LEONARDI & VAAST, 2017).

Embora se reconheça que as mídias sociais podem ser utilizadas tanto externa quanto internamente às organizações, autores como Hoof e Boell (2019) defendem que não faz mais sentido estabelecer uma diferenciação entre as mídias organizacionais e as mídias sociais externas. É essa a perspectiva que seguiremos aqui.

O uso da internet é destacado na literatura como importante provedor de oportunidades de resistência e oposição ao poder, com destaque para o papel das mídias sociais como facilitadora de processos de resistência (KELSEY & BENNETT, 2014). No presente estudo, buscamos lançar luz para o papel das mídias sociais no trabalho de identidade que busca resistir à regulação estabelecida pela organização. Tomando por base as principais características das mídias sociais, enquanto novas tecnologias de grande impacto na vida organizacional, analisaremos aqui a influência dessas mídias no trabalho de identidade-resistente.

4.1 Transparência e visibilidade das mídias sociais: ultrapassando as fronteiras artificiais das organizações

Há grande destaque na literatura acerca das mídias sociais para a visibilidade e a transparência inerentes a essa tecnologia (BARROS, 2018; COLEMAN, 2005; LEONARDI, P.; VAAST, 2017; TREEM & LEONARDI, 2013). A visibilidade e a transparência das mídias sociais estão associadas à sua capacidade de tornar visível todos os comportamentos, conhecimentos, comunicações que ocorrem naquele espaço virtual (TREEM & LEONARDI, 2013). As conversas que as pessoas estabelecem umas com as outras, os documentos que postam, os comentários, o que as pessoas curtem, e sua articulação nas redes sociais são visíveis a todos, levando ao aumento da transparência social (LEONARDI, P.; VAAST, 2017).

Tais características trazem uma série de vantagens, como uma possibilidade de ampliar a democracia (COLEMAN, 2005) ou o aumento da responsabilização (BARROS, 2018). Mas a principal vantagem advinda dessas características está relacionada à superação das fronteiras artificiais das organizações (TREEM & LEONARDI, 2013). Com a visibilidade, as mídias sociais possibilitam que indivíduos estabeleçam conexões com pessoas e conteúdos que os ajudam a alcançar os seus interesses, ainda que estes estejam fora dos limites da organização (TREEM & LEONARDI, 2013). Os limites em uma comunidade online são muito mais permeáveis, possibilitando que os indivíduos entrem e saiam com uma facilidade muito maior (MASSA, 2016). A perda das fronteiras organizacionais, proporcionadas por ambientes virtuais, afeta tanto empregados como empregadores (WILNER ET AL., 2017). Wilner et al. (2017) falam até mesmo em uma maior dificuldade de separação entre o público e o privado. Atrelado a isso, a editabilidade das mídias sociais permite que os indivíduos possam construir e moldar a comunicação antes que ela se torne visível, sendo possível modificar o conteúdo da mensagem para adequá-lo ao contexto em que a mensagem será visualizada (TREEM & LEONARDI, 2013).

O fenômeno da resistência pode ocorrer em níveis diferentes e assumir formas diferentes (COURPASSON & VALLAS, 2016). Para Juris e Sitrin (2016), essa grande variedade de práticas e contextos - individual ou coletiva, aberta ou fechada, intencional ou inconsciente - pode ser apontada como um dos maiores desafios de se trabalhar com a resistência. Há um reconhecimento na literatura acerca das dificuldades de se analisar fenômenos de resistência com base no referencial teórico disponível nos estudos organizacionais, tendo em vista que eles entendiam, em uma visão funcionalista tradicional, a organização como uma entidade formal, pronta, dada a priori, com fronteiras bem definidas (BARCELLOS ET AL., 2017; MISOCZKY ET AL., 2008). Nesse sentido, enfatiza-se hoje uma abordagem processual do organizar, libertando-se do enfoque sistêmico estrutural, como forma de possibilitar a abordagem da grande diversidade

de movimentos de resistência que se apresentam nos mais diversos contextos e que não estão restritos às fronteiras artificiais das organizações (MISOCZKY ET AL., 2008).

De forma mais específica, os trabalhos de identidade como forma de resistência também extrapolam o ambiente de trabalho, e podem ser encontradas em outros locais, como associações, fóruns sindicais, onde grupos sociais estabelecem relações e trabalham em suas identidades de forma organizada (ALVESSON ET AL., 2008). Barros (2018), por exemplo, mostra como as características das mídias sociais moldam uma nova forma de trabalho de identidade. Em sua pesquisa sobre os blogueiros progressistas no Brasil, o autor conclui que a transparência das mídias sociais ajudou os blogueiros a criarem um caso raro de trabalho de identidade que ocorreu de forma coletiva e visível. Ele mostra que este trabalho é realizado não apenas pelos atores envolvidos no processo de identidade, mas também pelo público em geral, usuário da internet, que também contribui para o processo. As mídias sociais fazem do trabalho de identidade um processo coletivo e visível, com a participação ativa do público (BARROS, 2018). Ainda, Wilner et al. (2017) mostram como funcionários conseguem extravasar emoções contidas para ambientes virtuais, resistindo a emoções impostas pela organização e, com isso, tornando-se mais capazes de buscar sua própria identidade.

O olhar para as mídias sociais, com sua visibilidade e transparência, ajuda-nos na liberação dos fenômenos de resistência, em geral, e do trabalho de identidade-resistente, em particular, desta moldura artificial de uma organização formal, contribuindo para que se acesse uma ampla possibilidade de fenômenos capazes de refletir o trabalho de identidade como processo de resistência, mas que acabam escondidos quando se tem o foco nas organizações.

4.2 Informalidade das mídias sociais: rompendo hierarquias e dando voz a excluídos

As mídias sociais diferenciam-se como espaços virtuais informais que não refletem as estruturas de poder ou hierarquias organizacionais (LEONARDI & VAAST, 2017). Os indivíduos que coordenam grupos de debates ou comunidades online nas mídias sociais possuem pouca autoridade e controle, e por isso são tão dependentes das contribuições voluntárias de seus membros (REN ET AL., 2007).

Do ponto de vista organizacional, qualquer funcionário pode contribuir ou compartilhar seu próprio conteúdo em uma mídia social (LEONARDI & VAAST, 2017). Isso possibilita que funcionários ganhem voz no ambiente de trabalho para compartilhar suas ideias, sem que estejam restritos à hierarquia organizacional, por meio de uma participação mais democrática (LEONARDI & VAAST, 2017).

Do ponto de vista social, as mídias sociais facilitam técnicas mais diretas de representação, ajudando a democratizá-las (COLEMAN, 2005). A rede de representações torna-se, assim, muito mais plural (WILNER ET AL., 2017), e novos espaços de representação pública passam a ser criados por meio do uso dessas tecnologias (COLEMAN, 2005). Tecnologias de comunicação digital, como o Facebook, Twitter ou Youtube, possibilitam, por exemplo, que cidadãos, em países que sofrem repressão do governo, possam participar da criação de significados que contribuem para ações sociais e para ações de resistência da sociedade civil organizada (SHIRAZI, 2013). Como lembram Bennett e Sergerberg (2012), as mídias sociais modificam as dinâmicas das ações conectivas de compartilhamento de conteúdos personalizados. As mídias sociais possibilitam que pessoas comuns tenham acesso a meios de publicizar suas preocupações e ideias, tornando-se aptos a formar opiniões públicas ou a formar movimentos online espontâneos, sem que estas fiquem restritas às elites dominantes (TANG & BHATTACHARYA, 2011). Desta forma, as mídias sociais apresentam-se como uma plataforma multivocal, por meio da qual grupos marginalizados e silenciados conseguem se fazer ouvir (SHIRAZI, 2013).

Nesse sentido, comunidades online não estão submetidas a estruturas formais e formas tradicionais de controle, possibilitando que os envolvidos desenvolvam objetivos e identidades divergentes daqueles impostos pela organização (MASSA, 2016). Ainda, as comunidades online podem assumir formas e estruturas completamente variadas, possibilitando formas diversas de resistência às imposições organizacionais, inclusive em termos identitários (MASSA, 2016).

Conforme apontado anteriormente, o trabalho de identidade enquanto um processo de resistência envolve uma disputa discursiva (HUBER & BROWN, 2017; SVENINGSSON & ALVESSON, 2003). As mídias sociais também podem ser compreendidas como espaços discursivos onde os indivíduos podem apresentar seus argumentos e se engajar em deliberações públicas (TREEM & LEONARDI, 2013). Alguns estudos mostram como a conversa diária molda ideologias mais amplas, e como atores poderosos marginalizam as contribuições de outras formas de discurso para que mantenham suas posições de poder (TREEM & LEONARDI, 2013). A natureza informal das mídias sociais impulsiona a participação e uma comunicação aberta, o que torna muito mais difícil o controle do discurso por parte de um único indivíduo ou um pequeno grupo (TREEM & LEONARDI, 2013). O uso da mídia social permite que outros grupos também possam controlar e moldar o discurso (TREEM & LEONARDI, 2013), ampliando a capacidade de agência dos indivíduos em moldar suas identidades (JÄRVENTIE-THESSLEFF & TIENARI, 2016) e, como consequência, o seu potencial de exercer um trabalho de identidade-resistente.

4.3 Associação nas mídias sociais: retomando formas tradicionais de luta

As mídias sociais também têm por características sua capacidade de associação, compreendida como a possibilidade de estabelecer conexões entre indivíduos, ou entre indivíduos e conteúdos (TREEM & LEONARDI, 2013). Ao possibilitar que usuários criem uma rede social de contatos, as mídias sociais permitem que se estabeleça uma comunicação, que se faça comentários ou que se visualize postagens de todos os contatos da rede (LEONARDI & VAAST, 2017). Assim, o usuário reforça suas relações sociais, tendo em vista que, ao adicionar um contato, este precisa ser aceito por ambas as partes, testando-se a robustez da rede social de cada um (LEONARDI & VAAST, 2017). Pesquisas mostram que essas relações de associação estabelecidas com o uso de tecnologia podem aumentar o capital social, criar uma ponte entre as pessoas e ajudar a criar um senso de comunidade (TREEM & LEONARDI, 2013).

Esse novo senso de comunidade trazido pelas mídias sociais possibilita também a retomada de formas coletivas e abertas de luta (CASTELLS, 2007). As mídias tornaram-se os espaços sociais onde o poder é decidido (CASTELLS, 2007). A tecnologia é útil como parte de projetos políticos que ultrapassam e precedem a própria existência da tecnologia que passa a ser integradas e mobilizadas nestes projetos (MAECKELBERGH, 2016). Movimentos políticos e sociais conseguem intervir mais decisivamente por meio dos novos espaços de comunicação, e as relações de poder passam a ser moldadas e decididas nesses espaços (CASTELLS, 2007). A emergência das formas de comunicação em massa foi fundamental para que movimentos sociais e indivíduos conseguissem ter autonomia e confrontar as instituições da sociedade de sua forma própria (CASTELLS, 2007). Na visão de Castells (2007), as novas formas de comunicação social constituem a forma organizacional mais decisiva de movimentos sociais hoje.

Nesse sentido, as mídias sociais também vêm sendo utilizadas para a organização de protestos (SHIRAZI, 2013). Os indivíduos que compõem movimentos de base utilizam essas mídias em suas lutas para divulgar artigos, postar fotos e vídeos que mostrem os eventos organizados, assim como para responder a mensagens do governo ou apoiar ativistas de outras regiões (SHIRAZI, 2013). Esses grupos que atuam por meio das mídias sociais também possuem o importante papel de divulgar protestos de rua e mobilizar as massas para mudanças democráticas (SHIRAZI, 2013).

Ao compreender a resistência a partir de suas micropolíticas, a visão pós-estruturalista entende que a resistência não se restringe às suas formas tradicionais (FLEMING & SEWELL, 2002). Conforme discutido anteriormente, essas formas abertas e organizadas de resistência são tradicionalmente estudadas a partir de uma perspectiva marxista, que compreendem a resistência como uma ruptura com as relações capitalistas de produção (FLEMING & SEWELL, 2002).

Os autores pós-estruturalistas são criticados por voltarem suas atenções a formas muito sutis de resistência (THOMAS & DAVIES, 2005), negligenciando estratégias coletivas de luta, que ocorrem na esfera da sociedade civil (SPICER & BOEHM, 2007), ou dando atenção a formas de resistência tão sutis, que não produzem uma autonomia efetiva dos sujeitos, mas apenas uma ilusão de liberdade (CONTU, 2008).

A retomada da dimensão material às análises do trabalho de identidade enquanto processo de resistência possibilita uma superação dos problemas apontados pelos críticos à abordagem pós-estruturalista, na medida em que volta o olhar do pesquisador organizacional para novas formas coletivas de luta, que ocorrem de forma aberta e organizada, por meio da capacidade de associação dessas tecnologias. Os formatos das comunidades online e mídias sociais influenciam os vínculos que as pessoas criam com estes grupos e suas disposições a contribuir com o grupo (REN ET AL., 2007). Tais vínculos possibilitam a criação de uma identidade comum ao grupo (REN ET AL., 2007), que muitas vezes se opõe àquela ditada pelas organizações.

Em sua pesquisa, Barros (2018), ao olhar para a relação entre trabalho de identidade e resistência por meio das mídias sociais, consegue se opor à noção de resistência descafeinada proposta por Contu (2008), e propor a noção de resistência “expresso”, conforme apontado anteriormente, mostrando que a resistência pode ser potencializada. É a partir disso que Barros (2018) propõe o conceito de trabalho de identidade-resistente, para se referir a um imbricamento entre resistência e identidade: neste caso, a resistência não deve ser compreendida como um mero resultado do processo de construção de identidade, mas sim como entrelaçada ao próprio processo de trabalho de identidade, moldando-o (BARROS, 2018).

É nesse sentido que se compreende aqui que as mídias sociais exercem importante influência na relação que se estabelece entre resistência e trabalho de identidade, podendo possibilitar, inclusive, um imbricamento entre ambos, conforme demonstra Barros (2018) com o conceito de trabalho de identidade-resistente. Com a retomada de formas tradicionais de resistência, possibilitada pelas mídias sociais, novas relações entre os conceitos podem ser observadas na realidade, ampliando as possibilidades de análise do fenômeno e o reconhecimento de fenômenos em que o trabalho de identidade produz uma resistência mais efetiva.

4.4 A linguagem híbrida das mídias sociais: ampliando recursos discursivos na construção de identidades

As tecnologias digitais mudam as formas de expressão de ideias, criando uma linguagem muito mais híbrida, adicionando elementos mais diversos (COOVER, 2011). Essas mídias alteram, principalmente, a forma como as pessoas se engajam no uso do material e do visual (COOVER, 2011). A linguagem da mídia tem suas regras próprias: tende a se basear no uso de imagens (CASTELLS, 2007). Entende-se que a mensagem mais poderosa é aquela mensagem simples, associada a uma imagem (CASTELLS, 2007). As imagens podem ser compreendidas como proposições intelectuais – aspectos estéticos e intelectuais não podem ser vistos como separados (NEWBURY, 2011). Assim como objetos, as imagens também possuem capacidade de agência (NEWBURY, 2011).

Para além do uso de uma linguagem mais híbrida, as mídias sociais também possibilitam a persistência dos textos, imagens e sons (LEONARDI ET AL., 2012). Toda a comunicação fica registrada no sistema, possibilitando acesso ao histórico de diálogos (LEONARDI ET AL., 2012). Nesse sentido, a comunicação estabelecida nas mídias sociais, em seus diferentes tipos de linguagem, é facilmente acessível ao pesquisador (LEONARDI ET AL., 2012).

Os estudos acerca da materialidade e de aspectos visuais se desenvolveram como campos separados nos estudos organizacionais (BOXENBAUM ET AL., 2018). Alguns autores sugerem que se faça uma aproximação entre as duas perspectivas, estabelecendo pontos de diálogo entre elas (BOXENBAUM ET AL., 2018). Apesar de aspectos visuais virem ganhando espaço, há uma falta de atenção para o uso de imagens (NEWBURY, 2011). Para Newbury (2011), quando um pesquisador assume a imagem como sua principal fonte de dados, estas são tratadas com mais cuidado e não correm o risco de serem negligenciadas. O reconhecimento do impacto das mídias sociais na vida organizacional possibilita também essa aproximação ao visual e ao material, a partir da análise das imagens utilizadas como linguagem nas mídias.

A relação entre resistência e trabalho de identidade também se estabelece por meio do uso de imagens, mas são poucas as pesquisas que se voltam para este tipo de análise (BOXENBAUM ET AL., 2018). No que diz respeito às análises de poder, a atenção a aspectos materiais e visuais contribui para tornar visível o invisível, para dar luz a aspectos que passariam despercebidos por meio de outros focos de análise, tendo em vista que relações de poder influenciam as ideias expressas por meio de imagens (BOXENBAUM ET AL., 2018). O uso de imagens em detrimento de textos não significa o silêncio de certas vozes, mas sim que estas vozes podem estar se manifestando por meio de imagens e artefatos (BOXENBAUM ET AL., 2018).

Algumas pesquisas mostraram a importância do uso de imagens para o fenômeno da resistência. Alcadipani e Islam (2017), por exemplo, mostram a importância das imagens e seus aspectos visuais para a compreensão do controle e da resistência nas organizações. Segundo os autores, as tensões organizacionais, envolvidas na relação controle/resistência, podem ser negociadas por meio do uso de elementos visuais: “as imagens podem ser entendidas como objetos de luta e resistência, em torno dos quais se desenrolam relações de poder”² (ALCADIPANI & ISLAM, 2017, p. 867).

Tang & Bhattacharya (2011) analisam mais especificamente o uso de sátiras como forma de resistência, e lembram que a internet liberou a sátira do monopólio de profissionais permitindo que pessoas comuns também possam criá-las e disseminá-las. As sátiras servem como uma “lente de aumento” da loucura, reduzindo detalhes irrelevantes ou exagerando defeitos, e com isso envolvem as pessoas emocionalmente (TANG & BHATTACHARYA, 2011). Muitas sátiras têm seu foco em críticas sociopolíticas, e são tidas como uma prática subversiva, que levanta questões e chama atenção para os problemas (TANG & BHATTACHARYA, 2011). Segundo Tang e Bhattacharya (2011), os ataques sociopolíticos promovidos pela sátira podem ser paradoxais: por um lado é crítico e por outro uma brincadeira; reforça um poder, ao mesmo tempo em que expõe impotência; ajuda a resistir à hegemonia política, ao mesmo tempo em que se renuncia ao domínio.

O trabalho de identidade-resistente também envolve imagens e representações, e estas últimas podem ser físicas, verbais, simbólicas, textuais, que por conterem significados também são parte importante da identidade (BEECH, 2008; MASSA, 2016). Nesse sentido, participantes de ambientes digitais podem criar suas identidades por meio de manipulação de textos, imagens, símbolos (SCHAU & GILLY, 2003). Massa (2016) cita o exemplo de nomes, apelidos e imagens, utilizados como forma de identificação nas comunidades online como formas mais maleáveis de construção de identidades, tendo em vista que estas são livres de limitações físicas. Barros (2018) mostra como as imagens assumem papel fundamental no trabalho de identidade exercido pelos blogueiros progressistas, principalmente na forma de sátiras e com uso de humor. Entretanto, são poucos os trabalhos que analisam o trabalho de identidade a partir de imagens.

Nesse sentido, retomar a dimensão material por meio do olhar para as mídias sociais significa também uma retomada de aspectos visuais da linguagem, do acesso a uma linguagem mais híbrida, que também se

² Tradução livre de: “images can be understood as objects of struggle and resistance, around which power relations are played out”

produz enquanto discurso formador de identidades. As mídias sociais dão acesso a outros recursos discursivos envolvidos em trabalhos de identidade e em sua relação com fenômenos de resistência.

5. O PAPEL DAS MÍDIAS SOCIAIS NO TRABALHO DE IDENTIDADE-RESISTENTE

Como há muito reforçado na literatura, as organizações contemporâneas - e o trabalho de identidade-resistente que emerge como contrapartida de seus esforços de regulação de identidade - , não estão restritos às fronteiras artificiais das organizações formais (BARCELLOS ET AL., 2017; MISOCZKY ET AL., 2008). As mídias sociais apresentam-se, nesse sentido, como *locus* alternativo de trabalho de identidade-resistente, tendo em vista que possibilitam a ruptura com os limites tradicionais, por meio de características como a visibilidade e a transparência (TREEM & LEONARDI, 2013), conforme discutido anteriormente.

A processualidade inerente à noção de trabalho de identidade-resistente é privilegiada em espaços virtuais, como as mídias sociais, já que estas extrapolam as fronteiras físicas, permitindo uma contínua e inacabada construção de identidades. As mídias sociais possuem, assim, o papel de libertar o trabalho de identidade, as ações de resistência, e, conseqüentemente, o imbricamento que se dá entre ambos, aqui representado na noção de trabalho de identidade-resistente, dos limites formais das organizações.

Vale ressaltar, entretanto, que a transparência e a visibilidade das mídias sociais também vêm sendo utilizadas pelas organizações como forma de ampliar o controle e a regulação de identidade (MIERUCH & MCFARLANE, 2023; RAHAT & NADEEM, 2025). Mieruch e McFarlane, (2023), por exemplo, mostram como as organizações atuam, por meio das mídias sociais, buscando construir a identidade dos motoristas de aplicativos da Tailândia como heróis e, por meio dessa estratégia, enfraquecer seus movimentos de resistência. Já Rahat e Nadeem (2025) discutem a maneira como as organizações invadem e controlam a vida pessoal de seus funcionários, por meio das mídias sociais. Se as fronteiras organizacionais são relativizadas, o mesmo se dá com as fronteiras entre as vidas profissional e privada (RAHAT & NADEEM, 2025). Tais ações de controle organizacional apresentam-se como obstáculos impostos pelas mídias sociais ao trabalho de identidade-resistente.

Conforme apontado na literatura, o trabalho de identidade-resistente vem como uma busca contínua por romper as estruturas de poder, ou resistir a elas (BARROS, 2018). Dentro das estruturas das organizações formais, as microdinâmicas de resistência são caladas por essas hierarquias. E, como aponta Contu (2008), não têm potencial de transformação social, são “descafeinadas”. As mídias sociais não refletem tais estruturas de poder (LEONARDI & VAAST, 2017) e, conseqüentemente, ampliam o potencial de transformação social do trabalho de identidade-resistente, facilitando o efeito expresso apontado por Barros (2018).

Embora não espelhem exatamente as hierarquias organizacionais e suas estruturas de poder, as mídias sociais podem ainda assim apresentar limites e entraves ao trabalho de identidade-resistente. Colosi et al (2023), por exemplo, mostram como algumas minorias de gênero e sexuais encontram barreiras ao trabalho de identidade em mídias sociais, como respostas hostis e limitações de descrições biográficas nas configurações de perfil. Assim, é importante ponderar que ainda existem limites às possibilidades de ruptura com as estruturas sociais provenientes das mídias sociais e, portanto, às suas possibilidades de potencializar o trabalho de identidade-resistente.

Mas o trabalho de identidade-resistente também está associado a uma possibilidade de resistência coletiva, de construção coletiva de uma identidade-resistente à imposta pelas organizações (BARROS, 2018). A capacidade de associação, de estabelecimento de vínculos, vem sendo apontada na literatura como característica central das mídias sociais (TREEM & LEONARDI, 2013). Mieruch e McFarlane (2023), por exemplo, mostram como motoristas de aplicativo conseguem formar organizações trabalhistas informais da sociedade civil por meio das mídias sociais, e ressaltam a importância da solidariedade exercida entre eles nesses espaços virtuais. Assim, as mídias sociais potencializam o poder de resistência inerente ao trabalho de identidade, contribuindo para a retomada de formas tradicionais e coletivas de luta (CASTELLS, 2007); possibilitando que os dois processos, de resistente e de construção de identidade, ocorram, de fato, por meio de um imbricamento, resultando em um trabalho de identidade-resistente.

Há, entretanto, a possibilidade de uso das mídias sociais, pelas grandes organizações, de forma a desestabilizar a luta coletiva. É o que acontece, por exemplo, no caso dos motoristas de aplicativos investigado por Mieruch e McFarlane, (2023): aqueles motoristas que aderiram à narrativa de herói, imposta pela organização, colocam-se em confronto ao movimento de luta coletiva dos demais motoristas. Portanto, o trabalho de identidade-resistente que se constrói coletivamente, por meio da retomada de formas tradicionais de luta, atravessa ainda o desafio de se sobrepor aos esforços de desmobilização provenientes das organizações hegemônicas.

Por fim, o trabalho de identidade-resistente não se resume a um processo discursivo, embora a dimensão discursiva tenda a ser enfatizada na literatura (BOXENBAUM ET AL., 2018). Muitas pesquisas apontam a importância do uso de fotos e imagens no trabalho de identidade (Ex.: COLOSI ET AL, 2023; AGUIRRE, 2024), bem como em processos de resistência (ex.: ALCADIPANI & ISLAM, 2017, p. 867). Colossi

et al (2023), por exemplo, mostraram a importância do uso de *selfies* por mulheres trans em seus trabalhos de identidade em mídias sociais. As mídias sociais, enquanto tecnologias permeadas por uma linguagem híbrida (COOVER, 2011), permitem o uso do material e do visual na produção de identidade, potencializando a dimensão material do trabalho de identidade-resistente.

Portanto, embora as mídias sociais não blindem por completo o trabalho de identidade-resistente das investidas das organizações hegemônicas em seus esforços de regulação de identidade e de imposição dos seus próprios interesses, essas dispõem de recursos importantes para fortalecer as lutas em construções coletivas, multidimensionais, de identidades-resistentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, tivemos por objetivo discutir o papel das mídias sociais no trabalho de identidade-resistente. Destaca-se na literatura uma falta de aprofundamento teórico em torno da relação entre os dois conceitos (BARROS, 2018), bem como uma ausência da materialidade nessas discussões (BROWN, 2015; PARING ET AL., 2017; SVENINGSSON & ALVESSON, 2003). É nesse sentido que propomos aqui a retomada da dimensão material, de forma mais específica por meio de um olhar para a influência das mídias sociais.

As características das mídias sociais destacadas na literatura apontam para possibilidades de ampliação do debate e de aprofundamentos teóricos. A transparência e a visibilidade das mídias sociais foram discutidas aqui como possibilidades de ultrapassar as fronteiras artificiais das organizações formais, incluindo no debate acerca da relação entre trabalho de identidade e resistência fenômenos que não estão circunscritos nesses limites. A informalidade das mídias sociais possibilita a ruptura com hierarquias organizacionais formais, bem como a inserção de excluídos no plano discursivo. “Dar voz” aqui significa também a possibilidade de ruptura do controle do discurso por um único grupo dominante, expandindo as possibilidades de trabalho de identidade como forma de resistência. A associação proporcionada pelas mídias sociais permite a retomada de formas tradicionais de luta. Destacadas na literatura como formas mais efetivas de resistência, tais formas tradicionais nos permitem ampliar as possibilidades de fenômenos que reflipam a relação entre trabalho de identidade e resistência. Por fim, com uma linguagem mais híbrida, as mídias sociais expandem os recursos discursivos envolvidos no trabalho de identidade-resistente.

É importante não perdermos de vista, entretanto, a relação dialética que se estabelece entre controle e resistência. Não obstante nosso destacado interesse pelos fenômenos de resistência, reconhece-se que as mídias sociais também modificam as relações de controle organizacional. Elas podem ser utilizadas, por exemplo, como fonte de coleta de dados acerca do comportamento dos funcionários e indivíduos da sociedade civil (LEONARDI & VAAST, 2017; RAHAT & NADEEM, 2025), ou buscam atuar, por meio delas, na regulação de identidades (MIERUCH & MCFARLANE, 2023). Todo um amplo campo de discussões teóricas se abre a partir do olhar para a influência das mídias sociais nos mecanismos de controle organizacional.

Para além das mídias sociais, outras tecnologias e artefatos merecem destaque ao se pensar o trabalho de identidade-resistente. Considerar a materialidade como inerente à vida organizacional cotidiana significa ampliar as possibilidades de análises de fenômenos organizacionais, que podem tornar visíveis novas formas de resistência e estratégias de libertação capazes de verdadeiras rupturas com as estruturas de poder estabelecidas.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Alwin C. We also have lives, you know: social media and identity work of Filipina labour migrants in Hong Kong. *Gender and Language*, v. 17, n. 4, p. 371-390, 2024.

AHUJA, Sumati, HEIZMANN, Helena & CLEGG, Stewart. Emotions and identity work : Emotions as discursive resources in the constitution of junior professionals ' identities . *Human Relations*, 2018.

ALCADIPANI, Rafael, & ISLAM, Gazi. Modalities of opposition: Control and resistance via visual materiality. *Organization*, 24(6), 866–891. <https://doi.org/10.1177/1350508417694962>, 2017.

ALVESSON, Mats, ASHCRAFT, K Karen L., & THOMAS, Robyn. Identity matters: Reflections on the construction of identity scholarship in organization studies. *Organization*, 15(1), 5–27. <https://doi.org/10.1177/1350508407084426>, 2008.

ALVESSON, Mats, & WILLMOTT, Hugh. Identity regulation as organizational control: Producing the appropriate individual. *Journal of Management Studies*, 39(5), 619–644. <https://doi.org/10.1111/1467-6486.00305>, 2002.

- ASHCRAFT, Karen Lee. Resistance through consent?: Occupational Identity, Organizational Form, and the Maintenance of Masculinity Among Commercial Airline Pilots. *Management Communication Quarterly*, 19(1), 67–90. <https://doi.org/10.1177/0893318905276560>, 2005.
- BARCELLOS, Rebeca D. M. R. DE, DELLAGNELO, Eloise H. L., & SALLES, H. K. DE.. Reposicionando Conceitos: a Organização Fora Dos Eixos. *Revista de Administração de Empresas*, 57(1), 10–21. <https://doi.org/10.1590/s0034-759020170102>, 2017.
- BARDON, Thibaut, CLEGG, Stewart & JOSSERAND, Emmanuel. Exploring identity construction from a critical management perspective: A research agenda. *Management (France)*, 15(4), 350–366. <https://doi.org/10.3917/mana.154.0351>, 2012.
- BARRET, Michael; OBORN, Eivor; ORLIKOWSKI, Wanda. Creating Value in Online Communities: The Sociomaterial Configuring of Strategy, Platform, and Stakeholder Engagement Terms of Use Creative Commons Attribution-Noncommercial-Share Alike. *Information Systems Research*, 27(4). <https://doi.org/10.1287/isre.2016.0648>, 2016.
- BARROS, Marcos. Digitally crafting a resistant professional identity: The case of Brazilian ‘dirty’ bloggers. *Organization*, 25(6), 755–783. <https://doi.org/10.1177/1350508418759185>, 2018.
- BEECH, Nic.. On the nature of dialogic identity work. *Organization*, 15(1), 51–74. <https://doi.org/10.1177/1350508407084485>, 2008.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra: The logic of connective action, *Information, Communication & Society*, 15:5, 739-768, 2012.
- BOUDREAU, Marie-Claude, SERRANO, Christina, & LARSON, Keri. IT-driven identity work: Creating a group identity in a digital environment. *Information and Organization*, 24(1), 1–24. <https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2013.11.001>, 2014.
- BOUSSEBAA, Mehdi, & BROWN, Andrew D.. Englishization, Identity Regulation and Imperialism. *Organization Studies*, 38(1), 7–29. <https://doi.org/10.1177/0170840616655494>, 2017.
- BOXENBAUM, Eva, JONES, Candace, & MEYER, Renate E.. Towards an articulation of the material and visual turn in organization studies. <https://doi.org/10.1177/0170840618772611>, 2018.
- BROCKLEHURST, Michael. Power, Identity and New Technology Homework: Implications for “New Forms” of Organizing. *Organization Studies*, 3, 445–466, 2001.
- BROWN, Andrew D.. Organization studies and identity: Towards a research agenda. *Human Relations*, 54(1), 113–121. <https://doi.org/10.1177/0018726701541014>, 2001.
- BROWN, Andrew D.. Identities and identity work in organizations. *International Journal of Management Reviews*, 17(1), 20–40. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12035>, 2015.
- BROWN, Andrew D.. Identities in Organization Studies. *Organization Studies*, 40(1), 7–22. <https://doi.org/10.1177/0170840618765014>, 2019.
- BROWN, Andrew D., & HUMPHREYS, Michael. Organizational identity and place: A discursive exploration of hegemony and resistance. *Journal of Management Studies*, 43(2), 231–257. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2006.00589.x>, 2006.
- BROWN, Andrew D., & TOYOKI, Sammy. Identity Work and Legitimacy. *Organization Studies*, 34(7), 875–896. <https://doi.org/10.1177/0170840612467158>, 2013.
- CARRIERI, Alexandre. DE P., PAULA, Ana Paula P. P. DE, & DAVEL, Eduardo. Identidade nas organizações: múltipla? fluida? autônoma? *Organizações & Sociedade*, 15(45), 127–144. <https://doi.org/10.1590/s1984-92302008000200010>, 2008.
- CASTELLS, Manuel. Communication, Power and Counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication*, 1, 238–266, 2007.
- CERULO, Karen A.. Identity Construction : New Issues , New Directions Author (s) : Karen A . Cerulo Source : Annual Review of Sociology , Vol . 23 (1997) , pp . 385-409 Published by : Annual Reviews Stable URL : <http://www.jstor.org/stable/2952557> Annual Reviews is colla. 23(1997), 385–409, 2018.
- CLARKE, Caroline A., BROWN, Andrew D., & HAILEY, Veronica H.. Working identities? Antagonistic discursive resources and managerial identity. *Human Relations*, 62(3), 323–352. <https://doi.org/10.1177/0018726708101040>, 2009.

- COLEMAN, Stephen. New mediation and direct representation: Reconceptualizing representation in the digital age. *New Media and Society*, 7(2), 177–198. <https://doi.org/10.1177/1461444805050745>, 2005.
- COLOSI, Rachela; COWEN, Nick; TODD, Megan. Sexual and gender identity work on social media. *Sociology Compass*, v. 17, n. 6, p. e13073, 2023.
- CONTU, Alessia.. Decaf Resistance. *Management Communication Quarterly*, 21(3), 364–379. <https://doi.org/10.1177/0893318907310941>, 2008.
- COURPASSON, David, & VALLAS, Steven.. Resistance studies: A critical introduction. *The SAGE Handbook of Resistance*, 1–28. <https://doi.org/10.4135/9781473957947>, 2016.
- COOVER, Roderick. Interactice media representation. *The SAGE handbook of visual research methods*, p. 617-637, 2011. .
- DOHERTY, Neil F., COOMBS, Crispin R., & LOAN-CLARKE, John.. A re-conceptualization of the interpretive flexibility of information technologies: Redressing the balance between the social and the technical. *European Journal of Information Systems*, 15(6), 569–582. <https://doi.org/10.1057/palgrave.ejis.3000653>, 2006.
- ELSBACH, Kimberly D., & BHATTACHARYA, Chitra Banu. Defining Who You Are by What You're Not: Organizational Disidentification and the National Rifle Association. *Organization Science*, 12(4), 393–413. <https://doi.org/10.1287/orsc.12.4.393.10638>, 2001.
- ERKAMA, Niina. Power and resistance in a multinational organization: Discursive struggles over organizational restructuring. *Scandinavian Journal of Management*, 26(2), 151–165. <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2010.02.002>, 2010.
- FLEMING, Peter, & SEWELL, Graham. Looking for the good soldier, švejk: Alternative modalities of resistance in the contemporary workplace. *Sociology*, 36(4), 857–873. <https://doi.org/10.1177/003803850203600404>, 2002.
- FLEMING, Peter, & SPICER, André. Working at a cynical distance: Implications for power, subjectivity and resistance. *Organization*, 10(1), 157–179. <https://doi.org/10.1177/1350508403010001376>, 2003.
- HOOFF, Florian, & BOELL, Sebastian K. Culture, technology, and process in 'media theories': Toward a shift in the understanding of media in organizational research. *Organization*, 26(5), 636–654. <https://doi.org/10.1177/1350508419855702>, 2019.
- HUBER, Guy, & BROWN, Andrew D.. Identity Work, Humour and Disciplinary Power. *Organization Studies*, 38(8), 1107–1126. <https://doi.org/10.1177/0170840616677632>, 2017.
- JÄRVENTIE-THESEFF, Rita, & TIENARI, Janne. Roles as Mediators in Identity Work. *Organization Studies*, 37(2), 237–265. <https://doi.org/10.1177/0170840615604500>, 2016.
- JOERGES, Bernward, & CZARNIAWSKA, Barbara. The question of technology, or how organizations inscribe the world. *Organization Studies*, 19(3), 363–385. <https://doi.org/10.1177/017084069801900301>, 1998.
- JURIS, Jeffrey; SITRIN, Marina. Globalization, Resistance, and Social Transformations. In *The SAGE Handbook of Resistance* (Vol. 8, pp. 32–69). [https://doi.org/10.1016/s1571-0661\(05\)80509-2](https://doi.org/10.1016/s1571-0661(05)80509-2), 2016.
- KACHTAN, Dana, & WASSERMAN, Varda. (Un)dressing masculinity: The body as a site of ethno-gendered resistance. *Organization*, 22(3), 390–417. <https://doi.org/10.1177/1350508413517408>, 2015.
- KELSEY, Darren, & BENNETT, Lucy. Discipline and resistance on social media: Discourse, power and context in the Paul Chambers 'Twitter Joke Trial.' 3, 37–45, 2014.
- KILDUFF, Martin, FUNK, Jeffrey L., & MEHRA, Ajay. Engineering Identity in a Japanese Factory. *Organization Science*, 8(6). <https://doi.org/10.1287/orsc.8.6.579>, 1997.
- KORICA, Maja, & MOLLOY, Eamonn.. Making sense of professional identities: Stories of medical professionals and new technologies. *Human Relations*, 63(12), 1879–1901. <https://doi.org/10.1177/0018726710367441>, 2010.
- KORNBERGER, Martin, & BROWN, Andrew D.. "Ethics" as a discursive resource for identity work. *Human Relations*, 60(3), 497–518. <https://doi.org/10.1177/0018726707076692>, 2007.
- KOSMALA, Katarzyna, & HERRBACH, Olivier. The ambivalence of professional identity: On cynicism and jouissance in audit firms. *Human Relations*, 59(10), 1393–1428. <https://doi.org/10.1177/0018726706071526>, 2006.

- KUHN, Timothy. A “demented work ethic” and a “lifestyle firm”: Discourse, identity, and workplace time commitments. *Organization Studies*, 27(9), 1339–1358. <https://doi.org/10.1177/0170840606067249>, 2006.
- KURIK, Bob. Emerging Subjectivity in Protest. *The SAGE Handbook of Resistance*, 51–77. <https://doi.org/10.4135/9781473957947.n3>, 2016.
- LEONARDI, Paul; VAAST, Emmanuelle. *Academy of Management Annals*. 11, 150–188, 2017.
- LEONARDI, Paul M. Theoretical foundations for the study of sociomateriality. *Information and Organization*, 23(2), 59–76. <https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2013.02.002>, 2013.
- LEONARDI, Paul M., NARDI, Bonnie A., & KALLINIKOS, Janes. Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World. *Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World*, 1–384. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199664054.001.0001>, 2012.
- MAECKELBERGH, Marianne. Political Infrastructure. In *The SAGE Handbook of Resistance* (pp. 280–297), 2016.
- MASSA, Felipe. Recasting Community for online resisting Work. In *The SAGE Handbook of Resistance* (pp. 245–268). <http://sk.sagepub.com/Reference/the-sage-handbook-of-resistance>, 2016.
- MIERUCH, Yannik; MCFARLANE, Daniel. Gig economy riders on social media in Thailand: Contested identities and emergent civil society organisations. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 34, n. 6, p. 1232-1242, 2023.
- MISOCZKY, Maria Ceci, FLORES, Rafael K., & BÖHM, Steffen. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. *Organizações & Sociedade*, 15(45), 181–193. <https://doi.org/10.1590/s1984-92302008000200014>, 2008.
- MUMBY, Dennis K.. Theorizing resistance in organization studies: A Dialectical Approach. *Management Communication Quarterly*, 19(1), 19–44. <https://doi.org/10.1177/0893318905276558>, 2005.
- NACH, Hamid; LEJEUNE, Anne. The impact of Information Technology on Governments. *ASASC 2009*, November 2016. <http://www.interparty.org/importance-of-ict-on-governments.html>, 2009.
- NEWBURY, Darren. Making arguments with images: Visual scholarship and academic publishing. *The SAGE handbook of visual research methods*, pp. 651-664, 2011.
- ORLIKOWSKI, Wanda J.. Sociomaterial practices: Exploring technology at work. *Organization Studies*, 28(9), 1435–1448. <https://doi.org/10.1177/0170840607081138>, 2007.
- ORLIKOWSKI, Wanda J., & SCOTT, Susan V.. 10 Sociomateriality: Challenging the Separation of Technology, Work and Organization. *The Academy of Management Annals*, 2(1), 433–474. <https://doi.org/10.1080/19416520802211644>, 2008.
- PARING, Géraldine, PEZÉ, Stéphan, & HUAULT, Isabelle. ‘Welcome to the whiteboard, the new member of the team’: Identity regulation as a sociomaterial process. *Organization*, 24(6), 844–865. <https://doi.org/10.1177/1350508416686407>, 2017.
- PRATT, Michael; FOREMAN, Peter. Classifying Managerial Responses to Multiple Organizational Identities. *Academy of Management Review*, 25, 18–42, 2000.
- RAHAT, Hamnah; NADEEM, Sadia. Social media as a workplace panopticon: The development and validation of social media monitoring by workplace contacts scale. *PloS one*, v. 20, n. 3, p. e0319429, 2025.
- RANTAKARI, Anniina; VAARA, Eero. Resistance in Organizational Strategy Making. In *The SAGE Handbook of Resistance* (pp. 208–223), 2016.
- REN, Yuqing, KRAUT, Robert, & KIESLER, Sara. Applying common identity and bond theory to design of online communities. *Organization Studies*, 28(3), 377–408. <https://doi.org/10.1177/0170840607076007>, 2007.
- SCHAU, Hope, & GILLY, Mary C.. We Are What We Post? Self-Presentation in Personal Web Space. *Journal of Consumer Research*, 30(3), 385–404. <https://doi.org/10.1086/378616>, 2003.
- SHIRAZI, Farid. Social media and the social movements in the Middle East and North Africa: A critical discourse analysis. *Information Technology and People*, 26(1), 28–49. <https://doi.org/10.1108/09593841311307123>, 2013.
- SILLINCE, John A. A., & BROWN, Andrew D.. Multiple organizational identities and legitimacy: The rhetoric of police websites. *Human Relations*, 62(12), 1829–1856. <https://doi.org/10.1177/0018726709336626>, 2009.

- SPICER, André, & BOEHM, Steffen. Moving Management : Theorizing Struggles against the Hegemony of Management University of Essex Working Paper No . WP 07 / 06. In *Organization Studies*, 2007.
- STEIN, Mari-Klara, GALLIERS, Robert D., & MARKUS, M. Lynne. technology in the workplace. February 2016. <https://doi.org/10.1057/jit.2012.32>, 2013.
- SVENINGSSON, Stefan, & ALVESSON, Mats. Managing managerial identities: Organizational fragmentation, discourse and identity struggle. *Human Relations*, 56(10), 1163–1193. <https://doi.org/10.1177/00187267035610001>, 2003.
- TAMMI Arford.. Prisons as Sites of Power/ Resistance. In *The SAGE Handbook of Resistance* (pp. 224–244), 2016.
- TANG, Lijun, & BHATTACHARYA, Syamantak. Power and Resistance : A Case Study of Satire on the Internet Keywords : CCTV , China , Empowerment , Internet Control , Internet Incident , Online. *Online*, 16(2), 3–11, 2011.
- THOMAS, Robyn, & DAVIES, Annette. Theorizing the micro-politics of resistance: New public management and managerial identities in the UK public services. In *Organization Studies* (Vol. 26, Issue 5, pp. 683–706). <https://doi.org/10.1177/0170840605051821>, 2005.
- TREEM, Jeffrey W., DAILEY, Stephanie L., PIERCE, Casey S., & LEONARDI, Paul M.. Bringing technological frames to work: How previous experience with social media shapes the technology's meaning in an organization. *Journal of Communication*, 65(2), 396–422. <https://doi.org/10.1111/jcom.12149>, 2015.
- TREEM, Jeffrey W., & LEONARDI, Paul M.. Social Media Use in Organizations: Exploring the Affordances of Visibility, Editability, Persistence, and Association. *Annals of the International Communication Association*, 36(1), 143–189. <https://doi.org/10.1080/23808985.2013.11679130>, 2013.
- WATSON, Tony J.. Managing identity: Identity work, personal predicaments and structural circumstances. *Organization*, 15(1), 121–143. <https://doi.org/10.1177/1350508407084488>, 2008.
- WILNER, Adriana, CHRISTOPOULOS, Tania P., & Alves, Mario A.. The Online Unmanaged Organization: Control and Resistance in a Space with Blurred Boundaries. *Journal of Business Ethics*, 141(4), 677–691. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3184-9>, 2017.
- YBEMA, Sierk, THOMAS, Robyn, & HARDY, Cynthia. Perspective. In *The SAGE Handbook of Resistance* (pp. 386–404), 2016.